

A PROFISSÃO DOCENTE E A INCLUSÃO: desafios e dilemas

VIEIRA Maria Taiza Galdino ¹ - UERN
ANDRADE Camila Lariça de Sousa ² - UERN
OLIVEIRA Aline Débora Medeiros de ³ - UERN
GURGEL Iure Coutre ⁴-UERN

Eixo temático : 7. Alfabetização e formação inicial e continuada de professores

Resumo: O presente artigo vem discutir a cerca dos desafios e dilemas que perpassam a profissão docente no que diz respeito ao trabalho pedagógico desenvolvido com alunos com deficiência, levando em consideração que os desafios se tornam ainda maiores na formação inicial ressaltando assim, a importância da formação continuada. Como embasamento teórico utilizamos reflexões de: Pimenta (2002), Tardif (2014), Rozek (2013), Ferreira (2006), Rodrigues (2006), Mantoan (2001,2006), Nóvoa (1991), Mittler (2003), Carvalho (2007), Freire (1996), além das leis que diz respeito á inclusão. A metodologia utilizada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, a partir de um estudo bibliográfico e documental, os sujeitos da pesquisa foram professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Catarina de Sousa Maia, na cidade Catolé do rocha-Paraíba, sobre os desafios e dilemas enfrentados pelos docentes para lidar com a Educação Inclusiva.

Palavras-chaves: profissão docente;educação inclusiva; formação docente.

Introdução

Como o professor lida com os desafios de uma educação inclusiva? Ele está preparado para enfrentar esses desafios? Quais os maiores dilemas presentes nesse processo? São indagações que envolvem um amplo debate sobre o que é ser professor diante da realidade da educação inclusiva na contemporaneidade, a profissão docente não tem uma receita pronta e são as experiências dentro de sala de aula que irão formar a identidade profissional. O professor ao longo de sua carreira enfrenta muitos obstáculos, o sistema educacional, a escola, os familiares, os baixos salários, a desvalorização profissional entre tantos outros e a inclusão também se torna um dilema quando pensado em formação, sem um preparo adequado não tem como haver um ensino de qualidade. Mesmo com a

disponibilidade de muitas especializações, ainda existem muitos empecilhos para que professores, em especial aqueles que estão iniciando na profissão, conseguem ter acesso a essa formação, devido vários fatores como a carga horária, muitas vezes precisando trabalhar em mais de uma escola, entre outros. Existe o medo e a preocupação de não conseguir ensinar esses alunos com isso se sentem frustrados antes mesmo de tentar. O texto traz alguns apontamentos a cerca de identificar quais os maiores desafios do professor com a educação inclusiva também da importância da formação continuada sendo que só a formação inicial não dá o suporte necessário.

A formação inicial e os desafios de lidar com a inclusão

Quando o professor inicia em sala de aula, ele se depara com diversos dilemas, um deles é o medo de não conseguir repassar seus saberes pedagógicos para seus alunos. Ao se deparar com essas dificuldades em sala de aula deve estar preparado, com planos de aulas, porém sempre terão acontecimentos que irão dificultar a execução desses planejamentos tendo assim que ter sempre uma segunda opção, sem falar da falta de investimento do governo com estes profissionais, onde a educação é um marco importante dentro da sociedade porém não é valorizada, um professor precisa procurar outros meios para se manter e ter um salário melhor, dificultando a oportunidade de ter uma formação continuada, quando na verdade a graduação não supre as necessidades e não prepara de fato para a prática dentro da sala de aula, muitas vezes o professor se encontra sem recursos adequados para desenvolver atividade que atendam as necessidades do aluno, o aluno especial necessita de um acompanhamento personalizado, em razão da superlotação das salas é mais desafiante ainda o professor conseguir atender esse aluno, isso tudo influi na sua prática docente quando se inicia na docência.

Os cursos de graduação não preparam adequadamente, acerca disso:

“a necessidade de formar profissionais capazes de ensinar em situações singulares, instáveis, incertas, carregadas de conflitos e de dilemas, que caracteriza o ensino como prática social em contextos historicamente situados” (PIMENTA, 2002, p. 21).

É justamente dessa forma que o professor se encontra atualmente, sem formação adequada e muitas vezes se perguntando se realmente é capaz de oferecer uma educação inclusiva, também duvidando da própria formação inicial que não prepara para a realidade das escolas.

A importância da formação continuada de professores para inclusão

É importante redefinir e inovar as formas de ensinar, independentemente, se os alunos possuem ou não alguma necessidade educacional especial. A formação docente inicial e continuada é essencial para a efetivação das políticas de Educação Inclusiva. Sendo assim,

a formação continuada de professores se torna uma necessidade e uma possibilidade para construção de práticas pedagógicas que favorecerá uma aprendizagem que inclua a todos.

A educação especial como modalidade de ensino está aos poucos se difundindo no contexto escolar, por isso é de suma importância a preparação de professores por meio de formações continuadas.

Nessa perspectiva, é preciso ressaltar que o profissional docente está em constante aprendizagem e que este necessita adaptar e planejar recursos de ensino inovadores para um melhor ensino-aprendizagem, é saber identificar as competências e capacidades de cada educando e não apenas suas limitações. A formação continuada promove uma aquisição de conhecimento pedagógico para que o profissional docente possa atualizar e transformar sua prática profissional.

[...] um espaço de saberes específicos oriundos dessa mesma prática. Noutras palavras, o trabalho dos professores de profissão deve ser considerado como um espaço prático específico de produção, de transformação e de mobilização de saberes, e, portanto, de teorias, de conhecimentos e de saber-fazer específicos ao ofício de professor. Essa perspectiva equivale a fazer do professor [...] um sujeito de conhecimento, um ator que desenvolve e possui sempre teorias, conhecimentos e saberes de sua própria ação (TARDIF, 2014, p. 234-235).

Segundo Rozek (2013, p. 118) “a formação não se dá apenas nos espaços formais de ensino ou na prática de sala de aula, mas também como ação vital de construção de si próprio”. Dessa forma, podemos entender que a formação docente ocorre na prática diária do professor, desde a experiência em sala de aula, vivências e ações dentro e fora do âmbito escolar.

Breve histórico da educação Inclusiva

Por séculos as pessoas com algum tipo de deficiência sofreu preconceito e exclusão, sendo destinados ao isolamento social, acreditavam que as deficiências eram doenças contagiosas ou incuráveis e por isso era necessário manter as pessoas portadoras de deficiência isoladas do convívio social e, em muitas situações, da própria família e em casos mais extremos eram hostilizadas, menosprezadas e até sacrificadas.

O processo de inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência vem ocorrendo lentamente no âmbito social e educacional, a partir da década de 60, começou acontecer movimentos para que houvesse a integração de pessoas portadoras de deficiência no âmbito escolar, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 4.024/61 sugeriu, em seu Art. 88º, que “dentro do possível” deveria inserir o aluno com deficiência no sistema geral de educação (BRASIL, 1961). Esse artigo mostrou-se aparentemente, um

marco positivo para que houvesse a inclusão, mas, no entanto houve ausência de ações do governo, não houve de fato a inserção dos indivíduos nas escolas e faltavam melhorias nas políticas públicas para que a inclusão acontecesse.

Com a intenção de realizar ajustes econômicos na educação e reformular o ensino superior publicou-se a Lei n. 5.692/71 que também contemplaria o aluno com deficiência, ao garantir sua matrícula no ensino público em seu Art. 9º com o enunciado:

Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram com atraso considerável quanto á idade regular de matrícula e superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Nessa perspectiva, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cidadania), realizou em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1991, uma Conferência Geral da UNESCO reforçou a pauta de uma Educação para Todos, onde fosse minimizada a exclusão.

Com o objetivo de promover a inclusão e minimizar as exclusões foi realizada em 1994 a Declaração de Salamanca, que apontava a necessidade de incluir todas as pessoas no âmbito educacional, inclusive aquelas com necessidades educativas especiais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p. 17-18).

Dessa forma, a Declaração de Salamanca tem o intuito de igualar os direitos de todos os indivíduos no que se refere á educação, sendo a escola inclusiva um espaço no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de ser e estar em sala de aula, de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre pessoas.

No âmbito da garantia dos direitos sociais da pessoa com deficiência, a Lei n. 7.853/1989, dispõe sobre o apoio do Poder Público e seus órgãos em assegurar os direitos básicos da pessoa com deficiência, não apenas ao que diz respeito á educação, mas também a inserção no mercado de trabalho.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece em seu Artigo 4, Inciso III que é obrigatório o direito à um atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a

todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Ainda, em relação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 dedica todo o capítulo V à educação especial. Em seu Art. 58º estabelece que o ensino especializado, enquanto modalidade de educação escolar, deve preferencialmente ocorrer na rede regular de ensino, o que não impede que esse atendimento seja ofertado em instituições especializadas, quando for necessário (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional da Educação (PNE) em sua Lei n. 10.172/2001 afirma que a Educação Especial como modalidade de educação inclusiva escolar, deve ser promovida em todos os níveis de ensino (Infantil, Fundamental, Médio e Superior) e garantir vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiências.

Entre 2002 a 2015 foram criadas outras leis e planos que visam uma educação inclusiva e para todos, como o CNE que em sua resolução n. 1/2002, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, que prevê uma formação continuada aos docentes para atenção à diversidade e que contemple as especificidades de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, em 2003, programa implementado pelo MEC Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vista a implementar um currículo escolar que visasse uma garantia de ensino-aprendizagem para todos, oferta de atendimento especializado, em 2009 o CNE com a finalidade de orientar a organização dos sistemas educacionais inclusivos, instituiu as diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado-AEE como mencionado no Art. 5º:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitária, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretária de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Em 2015 foi promulgada a Lei Brasileira da Inclusão, Lei n. 13.146, de 6 de Julho de 2015, que em seu Art. 1º institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condição de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão e cidadania.

2 Referencial Teórico

Foi utilizado como embasamento teórico deste artigo conceitos, visões de alguns teóricos que nos serviram de base para compreensão sobre a profissão docente e o processo de inclusão, os desafios e dilemas enfrentados.

A formação inicial, ao meu ver, diz respeito exclusivamente à formação institucional oferecida a estudantes que não são professores e, portanto, não atuam em escolas ou outra forma de serviço educacional informal. (FERREIRA, 2006, p. 227).

A formação inicial que o professor deve receber se inicia no campo do Ensino Superior, sendo a Universidade a principal responsável pela formação inicial do docente e é na instituição de ensino onde o aluno aprenderá as formas teóricas e medidas necessárias para trabalhar a com a educação quando estiver em sala de aula.

“O desenvolvimento de competências para a Educação Inclusiva, ainda que possa ter uma fase de sensibilização na formação inicial, só poderá ser plenamente assumido ao longo de uma prática em serviço”. (RODRIGUES, 2006, p. 307).

O desenvolvimento do profissional docente diante da inclusão não se dá apenas pela capacitação de cursos, mas é necessário que haja troca de saberes entre os professores para haja mudanças de atitudes no exercício docente em relação à inclusão, também é necessária a formação em serviço, que são importantes para atuação do professor inclusivo. É necessário haver a prática de uma formação continuada articulada as experiências e vivências de quando iniciavam a formação docente.

“A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade de ensino [...]”. (MANTOAN, 2006, p. 57).

As instituições de ensino em conjunto com as esferas federais, estaduais e municipais devem motivar e incentivar os professores a ter uma formação continuada, dando subsídios para que eles possam exercer seu papel de educador da melhor forma possível, tornando-se um professor reflexivo contribuindo para uma melhor ênfase no ensino aprendizagem e visando uma educação inclusiva.

Parece assim justificar-se uma formação contínua alicerçada na experiência profissional. Mas não se trata de mobilizar a experiência apenas numa perspectiva pedagógica, mas também num quadro conceptual de produção de saberes. Por isso, falar de formação contínua de professores é falar da criação de redes de (auto) formação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo a formação como um

processo interativo e dinâmico. (NÓVOA, 1991, p. 71).

Nessa perspectiva, a formação docente deve articular-se aos projetos da escola, num âmbito social e cultural, num processo de ensino-aprendizagem e de saberes pedagógicos que auxiliam na educação inclusiva, é assumir uma formação contínua visando todos os sujeitos num processo interativo e dinâmico, onde todos possam conviver e aprender. É buscar sempre novos conhecimentos, é visar uma educação para que todos possam estar inseridos.

[...] incluir significa muito mais do que simplesmente colocar juntas crianças 'deficientes' com crianças 'normais' em sala de aula. Trata-se de uma 'mexida' bem maior. [...] uma transformação positiva e profunda, além de trazer noções básicas de respeito ao ser humano e de seus direitos fundamentais. (MANTOAN, 2001, p. 2).

Incluir não é apenas colocar educandos com necessidades especiais junto com os demais educandos em uma sala de aula, o fato do aluno com necessidades especiais está no âmbito escolar, não significa estar incluso, ele está apenas inserido na sala de aula, há muito o que ser feito para que haja uma inclusão, deve haver transformações e reformulações das práticas pedagógicas ao que se refere ensino-aprendizagem para educandos especiais, há a insegurança de educadores para lidar com estes educandos, o contexto social, econômico, político e cultural também interfere para que haja uma inclusão de fato.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reconstrução das escolas como um todo [...]. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos [...] a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25).

A educação inclusiva envolve diversos processos de reformas e reconstruções que as instituições de ensino devem ter como um todo, desde as elaborações do projeto político pedagógico, até o currículo, a gestão, as instituições devem estar aptas a reformular suas práticas para que ocorra uma educação inclusiva de qualidade, desde os conteúdos passados aos educandos, a estrutura física e a prática pedagógica dos educadores especializados, além de acesso ao lazer e interação dos educandos.

Uma escola inclusiva não “prepara” para a vida. Ela é a própria vida que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos. Cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou das modalidades de atendimento educacional oferecidas. Para tanto, precisa ser prazerosa, adaptando-se as necessidades de cada aluno [...], oferecendo ensino-aprendizagem de boa qualidade para todos, com todos

e para a vida. (CARVALHO, 2007, p. 34-35).

Uma das metas da educação inclusiva é evitar que as diferenças se transformem em desigualdades, a convivência deve ser igualitária, apesar dos alunos com necessidades especiais necessitarem de um apoio especializado, não pode deixar que isso torne-se uma exclusão, professores, alunos e todo corpo docente deve se adaptar às diferenças, criando instrumentos de convívio e ensino-aprendizagem para todos.

3 Metodologia

A abordagem deste trabalho é qualitativa, com a realização de entrevista, a pesquisa foi realizada na Escola Municipal Professora Catarina de Souza Maia na cidade de Catolé do Rocha na Paraíba, que possui alunos com deficiência, onde foram entrevistadas duas professoras. Obteve-se resultados que apontaram que existem falhas na formação inicial e enfatiza a importância da formação continuada dos docentes para a inclusão, enfrentam dificuldades como de fato incluir os alunos portadores de deficiência por não ter uma formação continuada na área da educação inclusiva, tem poucos alunos portadores de deficiência, mas os poucos que tem, não frequentam todos os dias as aulas.

4 Resultados e Discussão

Uma professora do ensino fundamental localizada na Escola Municipal Professora Catarina de Sousa Maia, com seus 30 anos de profissão e outra professora também dessa mesma instituição com 22 anos de profissão nos responderam os seguintes questionamentos:

Iniciamos com a pergunta: Como você lida com a inclusão?

Professora X respondeu:

Lidar com a inclusão não é impossível, é desafiador, mas não impossível, por que a gente sabe que de dez anos para cá, uma criança com deficiência ela tinha todos os seus direitos violados, porque os pais desconheciam seus direitos, e hoje está tudo mais claro, então é um desafio. Por quê? Porque ainda falta esse elo, essa linha de inclusão dentro da própria formação do professor o professor aprende a lidar com a inclusão, com essa situação já no chão da sala de aula. Eu acho que falta uma carga horária maior no curso, para ver

não só a teoria, mas a prática.

Professora Y:

Antes não existia a inclusão, só existia aquela escola separada para atender alunos especiais, então houve muitos avanços, como as sala de AEE, então também se tornou mais acessível se trabalhar com a educação especial, eu acredito que lidar com a inclusão ainda seja um desafio muito grande, mas também não é impossível, é necessário procurar formas diferentes e também conhecer a necessidade do aluno pois cada aluno tem sua diferença.

Diante do que foi dito, percebemos que ambas julgam não ser impossível o trabalho com a inclusão, porém também ressaltam necessitar de uma maior preparação na graduação para poder conciliar sua teoria com a prática, pois só a teoria não é suficiente, é preciso uma prática para saber lidar com as diversas situações que poderão surgir na sala de aula com seus alunos e isso os cursos não estão proporcionando.

Dando continuidade as perguntas, foi questionado: Quais os maiores desafios que o professor encontra para lidar com a inclusão?

Professora X:

Um dos maiores desafios é a falta de recursos para se trabalhar de forma inovadora e diferente, o número de alunos em sala de aula que às vezes é maior do que o que o professor consegue dar conta e também se o professor não tiver uma busca pela formação continuada ele não vai conseguir, precisa ter um maior conhecimento para saber ensinar de forma que todos aprendem, é mais fácil adaptar uma atividade para todo o resto da sala do que da maioria para um aluno deficiente, que eles aprendem muito mais. Também é muito difícil a interação entre eles, pois ainda existe muito preconceito dentro das salas, é preciso o professor chegar com uma intervenção para conseguir com que eles interajam e não excluam esse aluno.

Professora Y:

O professor deve conhecer seu aluno, ver dentro do que ele é capaz de produzir e trabalhar essas possibilidades, porém não pode estar sozinho nessa responsabilidade, precisa-se do apoio escolar, de familiares e profissionais especializados, pois é um trabalho conjunto sem deixar de ressaltar a importância do compartilhamento de experiências e resultados com outros colegas de profissão o que não

se tem visto muito fazer hoje. É um desafio maior para o professor no início da profissão pois tudo é novo e ele ainda não conhece sua turma nem seu aluno especial e conhecer é muito importante para identificar o que pode ser trabalhado com aquele aluno.

Ambas destacam a importância de ajuda de outros profissionais e é um dos desafios enfrentados, muitas vezes esse apoio não existe e o professor se ver sozinho nesse processo, enfatizam também a falta de recursos para se trabalhar e também mais uma vez ter conhecimentos e formação para isso.

A Terceira pergunta foi: A escola realmente inclui ou só integra?

Professora X:

Antes existiam escolas separadas, como já falei aquela que era específica para cada grau de dificuldade, e pra se pensar uma escola inclusiva, não faz sentido você segmentar o atendimento por deficiência, a educação independem da deficiência, não precisa mais pensar o que fazer para determinado aluno com deficiência, porque não estará fazendo para a deficiência e sim para o sujeito, não tem receita pronta, pois as vezes o que dar certo para um pode não funcionar para outro com a mesma deficiência, cada um possui sua singularidade e colocar isso em prática é desafiador, isso é incluir, não é só oferecer condições de acesso como modificar a estrutura da escola, é o professor incluir na educação em si, fazer que realmente ocorra uma aprendizagem. Se eu for contar os inúmeros casos que temos nas escolas de Catolé do Rocha hoje, de alunos deficientes que aprendem dentro de suas limitações, mas aprendem, temos hoje muitos alunos que não só frequentam as escolas, mas que estão mostrando resultados satisfatórios e gratificantes para nós professores, o professor precisa acreditar ser capaz.

Professora Y:

A escola na realidade deveria incluir, estamos ainda sendo adaptados no que se refere a inclusão, pois é necessário condições e profissionais preparados para receber o aluno em suas especificidades, é necessário uma formação na qual o professor aprenda que não existe diferença nem distinção o que acontece é a escola que recebe alunos com especificidades sendo necessária as devidas adaptações para incluir todos. Por isso acredito que muitos ainda só integram as crianças, pois

muitas escolas recebem alunos com deficiência mas não tem o aparato necessário para abarcar toda a mudança necessária.

Dessa forma evidenciamos a necessidade de ser um professor reflexivo, que ver nas dificuldades uma oportunidade, que pensa sua prática docente. A pessoa com deficiência não deixa de ser um aluno que também precisa desse olhar docente de vê-lo como alguém capaz de ser incluído em seus planejamentos, fazeres docente e objetivos pedagógicos, para assim existir de fato uma inclusão o professor possui um papel fundamental nesse processo, a função de ver não a deficiência, mas um aluno como todos os outros necessitando apenas de algumas adaptações nos seus métodos de ensino, na forma de interagir com os colegas e no espaço escolar. É preciso esquecer a deficiência e pensar a educação em si, dos processos educativos que nos levam a pensar o que é preciso para o processo de aprendizagem? É preciso deixar de criar parâmetros para o sujeito e comparar ele com ele mesmo, fazendo ser reconhecido dentro de suas capacidades, do que ele é capaz de fazer. A cerca disso:

“Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Aí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de ideias inertes do que um desafiador. O intelectual memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória - não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no país, na sua cidade, no seu bairro. Repete o lido com precisão, mas raramente ensaia algo pessoal” (Freire 1997, p. 14).

5 Considerações Finais

Em virtude dos fatos mencionados, chegou-se ao entendimento de que sempre haverá o que melhorar em relação ao espaço escolar e os profissionais da educação mediante aos alunos com necessidades especiais. A pesquisa nos mostrou com base nas entrevistas que foram feitas, que existe a inclusão, mas que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Contudo vale ressaltar que só a formação inicial não é suficiente para atender a demanda de alunos com necessidades especiais, pois carecem de uma construção acadêmica que lhes permitam lidar com eficiência com os alunos que necessitam de atendimento especial, porque a sua metodologia necessita ainda de um acompanhamento continuado de seus estudos, os próprios professores relatam essa carência, pois veem dificuldades em lidar com alunos com necessidades especiais, sendo o auxílio de cuidadores, profissionais especializados,

familiares e toda gestão escolar muito válido. A educação especial vem sendo remodelada com o passar dos últimos anos, onde transformações no âmbito social, econômico e cultural trazem um olhar diferente para a atualidade visando melhorar a integração desses alunos na sociedade. Levando em consideração que o ambiente escolar seja propício e esteja disposto a modelar-se para receber tais estudantes, assim como as relações que são construídas entre professor e aluno, também com aluno e aluno, dão espaço pra uma inclusão que vise verdadeiramente a aprendizagem e autonomia do indivíduo e a escola precisa estar preparada para exercer o papel de estar sendo a norteadora desses processos de formação e capacitação do indivíduo no meio social.

Em relação á alfabetização a formação docente precisa de reformulações, uma vez que desde a graduação os professores se deparam com um ensino fragmentado sobre o processo de alfabetizar, sendo concentrado apenas no domínio do código de sistema de escrita, focando apenas no aprender a ler e a escrever, e alfabetização vai além do processo de aprender a ler e a escrever, perpassa pelos métodos de alfabetização como os métodos sintéticos, analíticos e analíticos-sintéticos, pelos níveis de alfabetizar como os níveis pré-silábico, silábico e o alfabético, alfabetizar não tem um único método ou um nível a ser seguido, é necessário que o processo de alfabetização avance para que o educando esteja apto para além de ler e escrever, compreender e interpretar diversos gêneros textuais, compreenda os procedimentos referentes aos aspectos discursivos e gramaticais, sendo importante que o docente utilize seus diferentes saberes que são provenientes de diversas fontes de conhecimento e assim, construir meios de ensino-aprendizagem para o processo de alfabetização dos educandos, por exemplo, contações de histórias, trazer diversos gêneros textuais para a sala de aula, jogos de alfabetização, onde o professor coloca em prática seus conhecimentos pedagógicos para reformular o processo de alfabetização e construir um ensino-aprendizagem eficiente.

Assim, fica a importância de outras pesquisas que tragam novas reflexões sobre a formação continuada, onde o profissional docente possa cada vez mais se aprimorar com novos conhecimentos e contribuir com um ensino - aprendizagem inovador, de acordo, com as mudanças do meio social, explicitando os impactos de uma nova realidade, possibilitando novos métodos de se trabalhar como professor alfabetizador, sem que haja um ensino fragmentado, e sim, um ensino-aprendizagem rico em trocas de experiências, tornando-se grande ferramenta para o desenvolvimento da criança, onde, passa a desenvolver um olhar crítico e reflexivo, tendo uma nova compreensão e interpretação do mundo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Especial. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Secretária da Educação. Secretária da Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 2.678, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Especial. Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

CARVALHO, Rosita Egler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4 ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FERREIRA, J. R. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras**. In: Inclusão e Educação – Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva. David Rodrigues (Orgs.). São Paulo: Editora Summus, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: O que? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Orgs.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994**. São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

NÓVOA, António. **Formação contínua de professores: realidades e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS. Espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

ROZEK, M. A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva. In: STOBAUS, C.D; MOSQUEIRA, J.J.M (Orgs.). **Educação especial**: Em direção á educação inclusiva. 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2013 p. 115-139.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.